

IX ENCONTRO DA ABCP

**Eleições e Representação Política**

**ONDE OS FRACOS NÃO TEM VEZ**  
**Reeleição parlamentar no Brasil (1994-2010)**

**Ranulfo PARANHOS** (UFAL)  
([ranulfoparanhos@me.com](mailto:ranulfoparanhos@me.com))

**José Alexandre da SILVA JÚNIOR** (UFAL)  
([jasjunior2007@yahoo.com.br](mailto:jasjunior2007@yahoo.com.br))

**Dalson Britto FIGUEIREDO FILHO** (UFPE)  
([dalsonbritto@yahoo.com.br](mailto:dalsonbritto@yahoo.com.br))

**Enivaldo Carvalho da ROCHA** (UFPE)  
([enivaldocrocha@gmail.com](mailto:enivaldocrocha@gmail.com))

Brasília, DF  
04 a 07 de agosto de 2014

# ONDE OS FRACOS NÃO TEM VEZ

## Reeleição parlamentar no Brasil (1994-2010)\*

Ranulfo PARANHOS (UFAL)

José Alexandre da SILVA JÚNIOR (UFAL)

Dalson Britto FIGUEIREDO FILHO (UFPE)

Enivaldo Carvalho da ROCHA (UFPE)

### Resumo

Como dimensionar a reeleição parlamentar no Brasil? O objetivo desse artigo é responder essa questão e preencher a lacuna da literatura sobre a mensuração do fenômeno da reeleição parlamentar por distrito e partido político no Brasil. Para tanto, analisa-se o desempenho eleitoral dos *incumbents* ao cargo de deputado federal nas cinco últimas eleições (1994-2010), a partir de diferentes medidas. Metodologicamente, utilizamos estatística descritiva e inferencial. Os resultados mostram que: (1) o número de candidatos e o percentual de eleitos crescem no período; e (2) há uma significativa variação da reeleição parlamentar entre distritos e partidos.

**Palavras-chave:** Reeleição Parlamentar; *SophomoreSurge*; *RetirementSlump*; Distritos Eleitorais; Partidos Políticos.

“A vote is like a rifle: its usefulness depends upon the character of the user.”  
*Theodore Roosevelt*

“The ballot is stronger than the bullet.”  
*Abraham Lincoln*

---

\* Os autores agradecem às sugestões do Professor Carlos Ranulfo (PPGCP-UFMG) e Lúcio Rennó (PPGCP-UnB). Omissões remanescentes são exclusivamente creditadas aos autores. Esse trabalho é financiado por duas principais fontes: CAPES e CNPq.

## INTRODUÇÃO

Como dimensionar a reeleição parlamentar no Brasil? Essa é a questão chave desse texto. O debate sobre a reeleição parlamentar no Brasil é incipiente se comparado a outras tradições. Por exemplo, o debate estadunidense sobre o tema já tem mais de cinquenta anos e reúne dezenas de trabalhos (GELMAN e KING, 1991; COX e KATZ, 1996; 2004). Por lá, discute-se desde medidas para mensurar o fenômeno até sua multicausalidade (GELMAN e KING, 1990; KING, 1989; COX e KATZ, 1996 e 2004; LEVITT e WOLFRAM, 1997; GELMAN e HUANG, 2008). Contrariamente, no Brasil a maioria dos trabalhos trata a reeleição parlamentar como um apêndice. Eles se dividem entre analisar a renovação da Câmara ou determinar a ambição política dos deputados (SAMUELS, 2000; 2001; 2003; SANTOS, 2003; LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003; 2004).

Poucos são os estudos que analisam a reeleição parlamentar (PEREIRA e RENNÓ, 2001; 2003). Mais que isso, nenhum deles examina o fenômeno de modo detalhado. O exame da magnitude e da variação por eleição, distrito e partido foram deixados para segundo plano<sup>1</sup>. No Brasil, não é possível dizer se a segurança eleitoral dos *incumbents* vem crescendo e se esse quadro altera-se significativamente por distrito e por partido. O primeiro objetivo desse texto é apresentar uma discussão sobre a construção e a aplicação de diferentes medidas para mensurar a reeleição parlamentar. O segundo é examinar como algumas delas variam por distrito e por partido. Com isso, pretende-se mostrar que há um importante nível de especificação ignorado por trabalhos anteriores. O que pode ter afetado os resultados alcançados por eles. Afinal, dificilmente se constrói uma análise contundente de um fenômeno sem saber exatamente como mensurá-lo (KING, 2001; BLALOCK, 1974; ZELLER e CARMINES, 1980).

Para tanto, esse texto está organizado em quatro seções. A primeira revisa o debate sobre a reeleição parlamentar no Brasil. Na sequência, o foco passa a ser as lacunas deixadas pelo debate. A terceira seção apresenta o comportamento de medidas “clássicas” como o *retirementslump* e

---

<sup>1</sup>Segundo King (1991), essa lacuna não é uma exclusividade brasileira, boa parte dos sistemas políticos que usam a RPLA não tem tradição nesse tipo de discussão.

*suphomoresurge* e analisa a variação delas por distrito<sup>2</sup>. Por fim, a quarta e última resume os achados e aponta os principais desafios para explicar a reeleição parlamentar no Brasil.

## 1. O DEBATE BRASILEIRO

A primeira controvérsia refere-se à relevância da reeleição parlamentar. Segundo Samuels (2000), o tema que merece destaque no Brasil é a renovação e não reeleição. Dados levantados por ele indicam que cerca de 50% da Câmara é renovada a cada legislatura. Em sua opinião, os esforços devem ser concentrados em investigar as razões para essa debandada (SAMUELS, 2000; 2003)<sup>3</sup>. Contrariamente, Leoni, Pereira e Rennó (2003; 2004) afirmam que no Brasil a taxa de reeleição parlamentar é significativamente mais alta que em outros países da América Latina. Para eles, isso é o suficiente para o fenômeno não ser ignorado.

O que está em jogo nessa disputa é a capacidade de atração do poder Legislativo. Parte da literatura afirma que os deputados brasileiros não estão interessados em desenvolver uma carreira parlamentar. O mandato legislativo seria visto apenas como um “trampolim” para vãos mais altos (SAMUELS, 2000; 2003; SANTOS, 2003; ABRÚCIO e SAMUELS, 1997; ABRÚCIO, 1998). Contrariamente, há quem defenda que o mandato legislativo tem se tornado cada vez mais atraente. Os custos e riscos envolvidos na disputa por outros cargos são os principais motivos para o crescente interesse (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003; 2004). Nesse nível, a discussão concentra-se em estimar a ambição política dos deputados. Ou seja, quais deles resolvem tentar a renovação do mandato (ambição estática) e o porquê (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003; 2004; SAMUELS, 2000; 2003).

Em alguma medida, as investigações buscam responder uma pergunta simples: Os deputados levam vantagem na disputa pela renovação do

---

<sup>2</sup> *Retirementslump* corresponde ao número de votos retido pelo partido dado a aposentadoria (ou desistência) de um deputado concorrer à reeleição. Já o *Sophomore surge* é o saldo em votos conquistado pelo parlamentar dado a comparação com seu desempenho como desafiante (GELMAN e KING, 1990).

<sup>3</sup> Silva Júnior e Figueiredo Filho (2012), retratando o período de 1990 a 2006 identificaram a mesma magnitude, média de 50% de renovação.

mandato? Uma resposta positiva é requisito básico para pensar os incentivos à ambição estática. Caso contrário, a opção de tentar renová-lo torna-se subótima (SAMUELS, 2000; 2003). O ponto mais controverso é o retorno eleitoral dos recursos distribuídos pelos aspirantes à reeleição. Samuels (2002) e Abrúcio e Samuels (1997) minimizam essa influência. Para eles, a chave para o sucesso eleitoral está em elementos que não estão ligados ao mandato. De forma contrária, a maior parte da literatura acredita que as emendas ao orçamento são essências para o sucesso eleitoral dos deputados (AMES, 1995; 2003; MAINWARING, 2001; PEREIRA e RENNÓ, 2001; 2007; SANTOS, 2003; NICOLAU, 2000; NOVAES, 1996; PEREIRA e MUELLER, 2002; 2003).

Em resumo, é possível identificar duas correntes: os adeptos da “tese do trampolim” que minimizam a relevância dos atributos do mandato parlamentar e os que acreditam no crescimento da ambição estática que defendem a importância dos atributos do mandato. O debate está aberto, não há como dizer quem está com a razão. Entretanto, interessa saber qual é o conjunto de variáveis levantado pelos dois lados para explicar a reeleição parlamentar.

## **1.2 - A tese do trampolim**

O argumento central dessa tese é que ambição política dos deputados é predominantemente “extra-legislativa”. Segundo Samuels (2000) a razão central para isso tem origem em dois fatores principais: 1) Baixo poder atrativo do Legislativo e 2) alta vulnerabilidade eleitoral dos aspirantes à reeleição. O primeiro fator resulta de uma excessiva concentração de poder nas mãos do Executivo. Isso nos três níveis de governo - municipal, estadual e federal. A organização dos trabalhos e da agenda da Câmara dos Deputados é marcada por esse viés. Não sem razão, a maioria dos especialistas aponta o grau de centralização dos trabalhos e a capacidade do Executivo controlar sua agenda como características marcantes da Casa (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2001; AMORIM e SANTOS, 2003; AMORIM e TAFNER, 1999; SANTOS, 2003; CAREY e SHUGART, 1995). Segundo Santos (2003), enquanto a centralização desmotiva a construção de uma carreira parlamentar, o controle exógeno da agenda reduz o papel do Legislativo na formulação das políticas públicas.

Ambas tornam a permanência no Legislativo menos atraente para os deputados (SAMUELS, 2000).

A vulnerabilidade eleitoral deriva fundamentalmente do sistema de Representação Proporcional por Lista Aberta (RPLA). A disputa por recursos e espaço na mídia é quase proibitiva, uma vez que todos concorrem contra todos. São 513 deputados disputando uma fatia pequena de recursos. Além disso, a magnitude dos distritos contribui para obscurecer os créditos pelas boas ações. Para Samuels (2002), há sempre um conjunto muito amplo de atores dispostos a reclamar os créditos pela provisão de benefícios. Portanto, não é fácil para o eleitor separar o “joio do trigo”. Samuels (2000b) defende que essa dinâmica reforça a dependência dos deputados frente a líderes políticos locais. Abrúcio (1998) argumenta que a ambição política dos parlamentares é ponderada pela sua ligação com os governadores. No limite, eles surgem como a principal referência do deputado frente ao eleitorado. Abrúcio e Samuels (1997) e Samuels (2000b) acreditam que os governadores substituem os partidos e servem como principal atalho informacional para os eleitores.

Vale acrescentar, a fragilidade dos partidos é um aspecto importante da fraqueza dos candidatos à reeleição no Brasil. Primeiro, porque torna a disputa entre esses candidatos e os demais ainda mais franca. Não existe uma lista eleitoral que os proteja da concorrência de colegas e/ou dos candidatos em geral. Além disso, nada garante aos aspirantes à reeleição uma maior capacidade de arrecadação de fundos para a campanha. Imagina-se que esse quadro seria diferente se os partidos fossem mais atuantes na organização das campanhas (SAMUELS, 2001b; SPECK, 2010). Em resumo, o sistema eleitoral brasileiro fragiliza os aspirantes à reeleição por três razões básicas: 1) eles e os desafiantes aparecem em posição de igualdade na lista eleitoral; 2) a magnitude dos distritos torna possível a invasão do seu território e 3) não existem regras que garantam maior arrecadação de fundos de campanha para eles.

## 1.2 - A reeleição em ascensão

Pode-se dizer que essa corrente se constrói em contraponto a anterior. O principal argumento é que a reeleição parlamentar não é um fenômeno desprezível no Brasil (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003; 2004 PEREIRA e RENNÓ, 2003). Pelo contrário, o número de parlamentares que decidem lutar pela reeleição é maior que em outros países da América Latina (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003; 2004). Portanto, o esforço principal dessa corrente concentra-se em determinar as motivações para a renovação do mandato (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003; 2004; PEREIRA e RENNÓ, 2003; BOTÉRO e RENNÓ, 2007). Adicionalmente, alguns trabalhos se concentram em identificar as variáveis que alteram a probabilidade de reeleição dos deputados (PEREIRA e RENNÓ, 2001; 2003; 2007).

Para Leoni, Pereira e Rennó (2003) a escolha do tipo de ambição precisa separar bem querer e poder. O deputado precisa analisar bem os custos e riscos envolvidos em cada ambição para tomar uma decisão. Para Leoni, Pereira e Rennó (2003) esse exercício não é trivial. Exige no mínimo um exame bastante cuidadoso do complexo jogo eleitoral brasileiro. Por isso, eles afirmam que não apenas os deputados menos qualificados disputam a reeleição. Um deputado qualificado pode não se sentir seguro o suficiente para assumir uma ambição progressiva. Ao fim e ao cabo, a decisão dependerá muito da postura do parlamentar diante do risco e da avaliação que ele faz da sua performance no cargo (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003; 2004; PEREIRA e RENNÓ, 2003).

Os componentes dessa avaliação são ponderados pelos determinantes da reeleição. A ambição estática se torna mais atraente quanto menos arriscada for a disputa pela renovação do mandato. Pereira e Rennó (2001; 2003; 2004) procuram identificar as variáveis que aumentam a probabilidade de reeleição. De partida, o intuito é mostrar o efeito de variáveis de diferentes níveis (nacional, local) (PEREIRA e RENNÓ, 2001)<sup>4</sup>. Além disso, eles investigam a influência do presidente, se ela varia de acordo com o tipo de

---

<sup>4</sup>Pereira e Rennó (2007) criam uma classificação diferente para as variáveis e acrescentam a dimensão pessoal. No entanto, essa iniciativa representa apenas o acréscimo da variável *Prefeito* no modelo estimado por eles.

eleição (*open seat* ou não). Em todos esses trabalhos existe um esforço para evidenciar que os atributos do mandato legislativo importam para conquistar a reeleição. Em especial, às emendas ao orçamento apresentadas/aprovadas pelos deputados (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003; 2004; PEREIRA e RENNÓ, 2003).<sup>5</sup>

Em resumo, essa corrente enfrenta o diagnóstico apresentado pela “tese do trampolim” a partir de três assertivas: 1) a reeleição parlamentar não é um fenômeno desprezível no Brasil; 2) Os riscos e os custos da disputa para outros cargos tornam a ambição estática atraente para muitos deputados (qualificados ou não); 3) alguns atributos do mandato parlamentar são decisivos para reeleição do deputado.

## 2. EM NOVAS MEDIDAS

Em meio a esse debate, a literatura brasileira apresenta três formas de mensurar a reeleição parlamentar: 1) número de votos recebidos; 2) número de mandatos e 3) sucesso ou fracasso eleitoral. Notadamente, a literatura nacional dedicou pouco esforço para investigar a validade dessas medidas. Não há debate sobre qual medida dimensiona melhor o fenômeno. Mais que isso, nenhum trabalho faz a comparação entre duas medidas, não apresentam análise de grandes séries temporais e não analisa a variação por distrito. Por isso tudo isso, é difícil responder qual o quadro da reeleição parlamentar no Brasil (PEREIRA e RENNÓ, 2001; SAMUELS, 2003; PEREIRA e RENNÓ, 2007).

A peculiaridade do aspirante à reeleição é estar ocupando um cargo no momento da disputa. Essa afirmação óbvia tem implicações metodológicas não tão evidentes. Cox e Katz (1995) afirmam que existem duas formas de medir a vantagem dos *incumbents* sobre os demais candidatos: 1) em termos de votos

---

<sup>5</sup>O destaque para as emendas orçamentárias também se deve ao forte debate sobre o comportamento dos deputados brasileiros. Nesse campo, a questão é saber se existem razões para os parlamentares trocarem apoio ao executivo por liberação de emendas (para mais detalhe ver Figueiredo e Limongi, 2001; Pereira, 2000; Pereira e Mueller, 2002; 2003; Santos, 2003; Nicolau, 2000; Ames, 2003; Amorim e Santos, 2001).



e 2) em termos de probabilidade de vitória. Na primeira, a medida representa a diferença do desempenho eleitoral de um candidato em dois momentos – quando era desafiante e na luta pela renovação do mandato. Na segunda, ela expressa a diferença de probabilidade de vitória de um mesmo candidato nas duas situações como desafiante e como *incumbent* (COX e KATZ, 1995). Em ambas o foco são comparações do desempenho eleitoral dos mesmos candidatos ocupando *status* distintos – desafiantes e *incumbents*. No contexto norte-americano esse exercício é facilitado pela fórmula de disputa majoritária. Em cada distrito, há apenas dois candidatos, em geral um *incumbent* e um desafiante.

Talvez por isso, a literatura brasileira não realizou estudos utilizando nenhuma dessas medidas. Embora ela já tenha servido a análises de alguns distritos multinominais (JEWELL e BREAUX, 1991)<sup>6</sup>. De qualquer modo, o problema maior é ausência de estudos que mensure a vantagem eleitoral dos candidatos à reeleição parlamentar no Brasil. De acordo com Cox e Katz (1995) e King e Katz (1999), uma resposta para essa pergunta precisa levar em consideração as peculiaridades do sistema eleitoral e partidário. Precisamente, considerar ao menos que os distritos são multinominais com sistemas multipartidários. Isso implica examinar o desempenho eleitoral, quer seja em votos quer seja em probabilidade de vitória, em diferentes contextos dentro do mesmo país. Portanto, é provável que uma resposta válida para os 27 estados brasileiros seja pouco confiável.

Por tudo isso, a análise do desempenho eleitoral dos *incumbents* no Brasil exige uma série de procedimentos metodológicos. O primeiro passo é considerar a influencia do sistema de RPLA e o multipartidarismo. Além disso, analisar as diferentes medidas que podem representar o fenômeno.

### 3. RESULTADOS

---

<sup>6</sup>Dado o formato da eleição proporcional nesse texto utilizarei apenas a primeira medida. Dessa forma, evita-se em boa medida problemas de adaptação a realidade político-eleitoral brasileira.

A comparação direta entre *incumbents* e desafiantes é o caminho mais curto para mensurar o fenômeno da reeleição parlamentar. O objetivo é confrontar diretamente o desempenho eleitoral dos candidatos dos dois grupos. A tabela abaixo apresenta esse exercício.

**Tabela 1 – Votos recebidos por *incumbent* e desafiantes (1994-2010)<sup>7</sup>**

Ano	Candidatos a Reeleição				Desafiantes			
	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	N	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de variação	N
1994	41017,63	30160,50	73,53	325	10666,88	18251,88	171,11	2618
1998	61866,32	39589,96	63,99	383	11258,66	22369,17	198,68	2974
2002	89326,73	56633,86	63,40	370	11950,89	37944,64	317,50	3828
2006	81366,00	60446,12	74,29	451	10654,02	30365,12	285,01	4533
2010	95681,50	63130,33	65,98	442	10564,68	35381,42	334,90	4443

Fonte: Elaboração dos autores a partir do TSE

Claramente, os candidatos à reeleição apresentam médias de votos superiores as dos seus adversários. Por essa medida, os aspirantes à reeleição tem um desempenho seis vezes superior. Todavia, chama atenção a magnitude dos coeficientes de variação. Para os desafiantes, a magnitude do coeficiente fica muito acima dos 100% em todos os pleitos da série. O mesmo não pode ser dito quanto aos *incumbents*. Isso sugere uma dispersão maior no primeiro grupo. Uma análise a partir do “escore Z” revela que dentre os desafiantes existem ao menos 308 casos acima de três desvios padrões da média<sup>8</sup>. Para os candidatos à reeleição esse número é bem inferior (26 casos). Consequentemente, as médias dos desafiantes são fortemente afetadas pela presença de casos influentes (*outliers*). Por tudo isso, o dado mais interessante da tabela, e talvez o único consistente, corresponde ao aumento de aspirantes à reeleição no período. Nas duas últimas eleições o montante ultrapassou o

<sup>7</sup>O início da análise em 1994 se deve a disponibilidade dos dados. Os dados referentes a eleições anteriores não fornecem informações sobre os candidatos não eleitos ver Web TSE – [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

<sup>8</sup>Escore  $Z = \frac{X - \bar{X}}{s}$ , Onde X = escore;  $\bar{X}$  = média e s = Desvio Padrão

número de 400 casos, cerca de 20% a mais que no início da série. O montante de desafiantes aumentou ainda mais, cerca de 40%.

Outra forma de mesurar o desempenho eleitoral desses grupos é observar o percentual de eleitos. Visto por esse ângulo, os dados revelam a sorte de *incumbents* e desafiantes na luta por uma vaga na Câmara. As tabelas 02 e 03 abaixo trazem as informações.

**Tabela 2 – Candidatos à reeleição por situação eleitoral (1994-2010)**

Ano	Eleitos				Não Eleitos				Total
	Vaga		Média		Suplente		N.E <sup>9</sup>		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N
1994	144	44,3	61	18,8	101	31,1	19	5,8	325
1998	240	62,7	27	7,0	113	29,5	3	0,8	383
2002	237	64,1	28	7,6	98	26,5	7	1,9	370
2006	232	51,4	40	8,9	174	38,6	5	1,1	451
2010	266	60,2	28	6,3	143	32,4	5	1,1	442

Fonte: Elaboração dos autores a partir do TSE

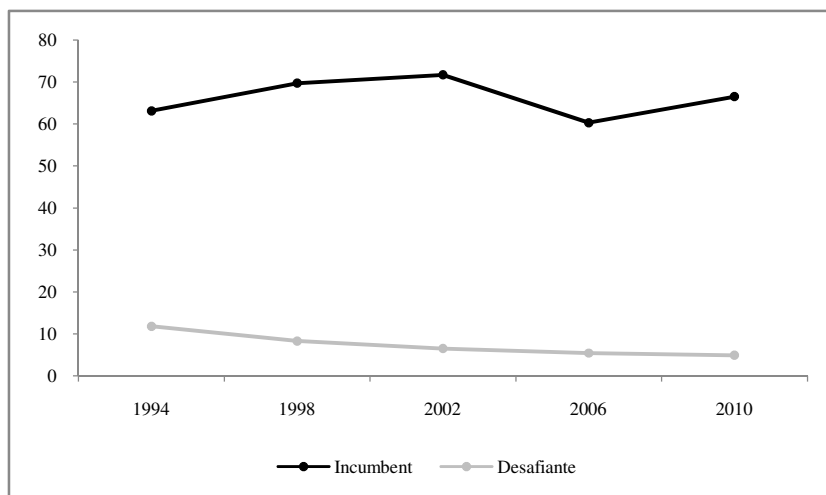
**Tabela 3 – Desafiantes por situação eleitoral (1994-2010)**

Ano	Eleitos				Não Eleitos				Total
	Vaga		Média		Suplente		N.E		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N
1994	209	8,0	99	3,8	1601	61,2	709	27,1	2618
1998	208	7,0	38	1,3	1997	67,1	731	24,6	2974
2002	198	5,2	50	1,3	2506	65,5	1074	28,1	3828
2006	205	4,5	39	0,9	3054	67,4	1235	27,2	4533
2010	179	4,0	39	0,9	3315	74,6	910	20,5	4443

Fonte: Elaboração dos autores a partir do TSE

<sup>9</sup>N.E = Não Eleito.

**Gráfico 1 – Percentual de Eleitos – *Incumbents* e Desafiante**



Fonte: Elaboração dos autores a partir do TSE

Feito os cálculos, verifica-se que em média 66% dos candidatos à reeleição alcançam sucesso. O pico é registrado em 2002 (71,7%). Por outro lado, o fracasso médio é de 30%, o valor mais alto é registrado em 2006 (39,7%). Mais que isso a uma única queda na taxa de sucesso entre 2002 (pico da série) e 2006, nos demais a curva é crescente. Vale dizer, o número de candidatos está fracamente correlacionado com o percentual de sucesso ( $r = -0,285$ ) ou fracasso ( $r = 0,284$ ). Ou seja, apenas 7,8% da variância de ambos são compartilhadas com a variância do número de candidatos<sup>10</sup>.

Pelo lado dos desafiante, os números revelam um crescimento do fracasso e queda do sucesso. Mais uma vez, é preciso alertar que essa medida está longe de ser conclusiva para eles. Nesse grupo, a variação no número de candidatos faz toda diferença. Cerca de 88% da variância do sucesso ( $r = -$

<sup>10</sup>Análise feita a partir do  $r$  do Pearson.

0,942) e do fracasso ( $r = 0,943$ ) é compartilhada com a oscilação no número de candidatos. Como era de se esperar, esse número está negativamente correlacionado com o percentual de eleitos.

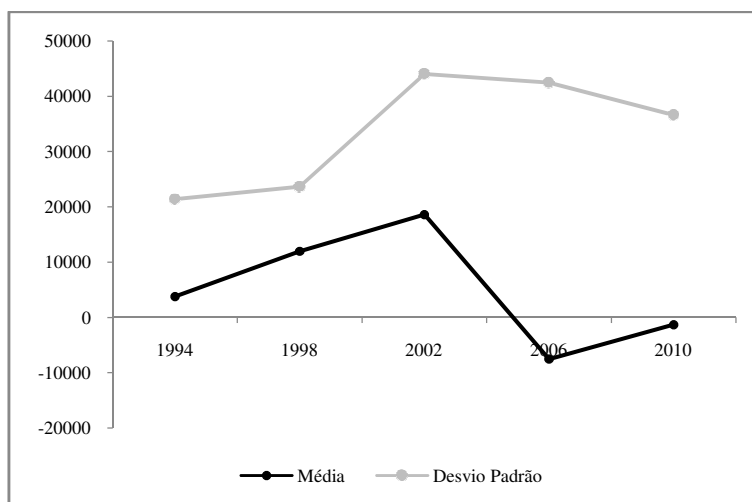
Claramente, a comparação com os desafiantes não parece um caminho promissor para dimensionar a reeleição parlamentar. Dentre eles, fortes concorrentes misturam-se com candidatos com pequenas chances de vitória. Todavia, o percentual de *incumbents* eleitos pode ser pouco para dimensionar o fenômeno. De acordo com a literatura é preciso entrar na composição da votação dos candidatos a reeleição. Para isso, duas medidas parecem adequadas: 1) analisar outras medidas e 2) examinar a variação de algumas delas por distrito. A primeira tenta examinar se indicadores comumente utilizados para dimensionar a reeleição parlamentar sevem aos mesmos propósitos no Brasil. A segunda observar se é possível ignorar a variação por distrito no diagnóstico do fenômeno.

### *Múltiplas Medidas*

Salvo engano, não existem trabalhos sobre medidas de mensuração da reeleição parlamentar no Brasil. Consequentemente, não existem análises sobre o *shopomore surge* e o *retirementslump*. Portanto, sabe-se pouco sobre o efeito do exercício do mandato no desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição. Sabe-se menos ainda sobre a capacidade dos *incumbents* reterem os votos dos parlamentares que decidem não renovar seus mandatos. No entanto, o mais grave de tudo é não saber se essas duas medidas são indicadores da reeleição parlamentar.

No caso do *shopomore surge*, a metodologia clássica consiste em comparar o desempenho eleitoral do *incumbent* na conquista do mandato com o desempenho da tentativa de reeleição. O gráfico 02 apresenta o resultado por eleição. De acordo com Cox e Katz (1995) esse é um atalho para saber se o mandato faz alguma diferença na probabilidade de reeleição.

**Gráfico 2 – Média e Desvio Padrão da Diferença de votos válidos (AP)<sup>11</sup>**



Fonte: Elaboração dos autores a partir do TSE

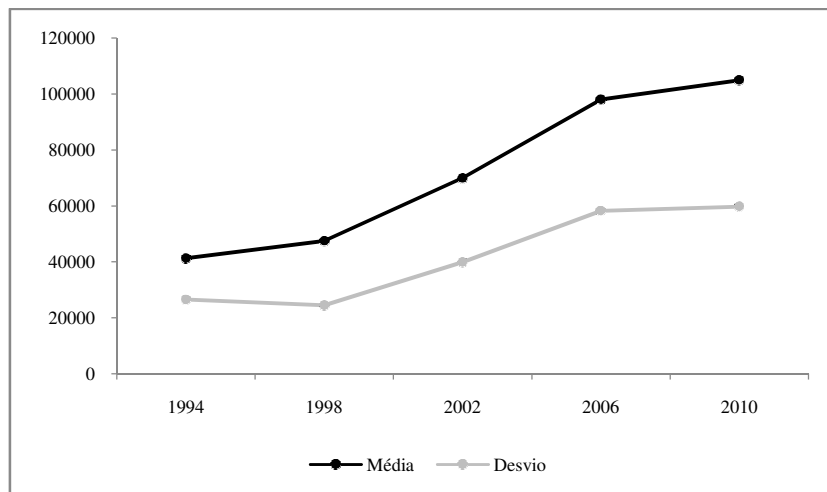
A diferença é positiva em apenas três das cinco eleições. Mais precisamente, nas duas últimas, o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição é em média pior na tentativa de renovar o mandato que na conquista do primeiro. Obviamente, parte dessa oscilação deve-se a abstenção e a dinâmica do número total de eleitores registrados. Seja como for, a medida indica que a reeleição parlamentar vem perdendo força nos últimos pleitos.

Outra possível dimensão do fenômeno é o *retirementslump*. Dado o sistema multipartidarismo e a possibilidade de coligações proporcionais, a análise aqui incide menos sobre os partidos e mais sobre os candidatos <sup>12</sup>. Portanto, a opção metodológica é observar o número de votos deixados pelos candidatos que desistiram de candidatar-se a reeleição parlamentar a cada eleição.

<sup>11</sup>AP – significa amostra aparada, ou seja, a análise foi feita com a retirada dos casos considerados *outlier*, aqueles situados acima ou abaixo de três desvios padrões da média da diferença de votos recebidos pelos *incumbents*.

<sup>12</sup>Em outras tradições o *retirementslump* é analisado por partido, ou seja, compara-se o número de votos deixados pelos parlamentares que decidem não renovar seu mandato por partido e os candidatos com o desempenho eleitoral dos candidatos que decidiram disputar a renovação do mandato. A expectativa é que os votos deixados pelos “aposentados” direcionem-se para o candidato do mesmo partido.

**Gráfico 3 - Média e desvio padrão do número de votos válidos dos desistentes da reeleição (AP)**



Fonte: Elaboração dos autores a partir do TSE

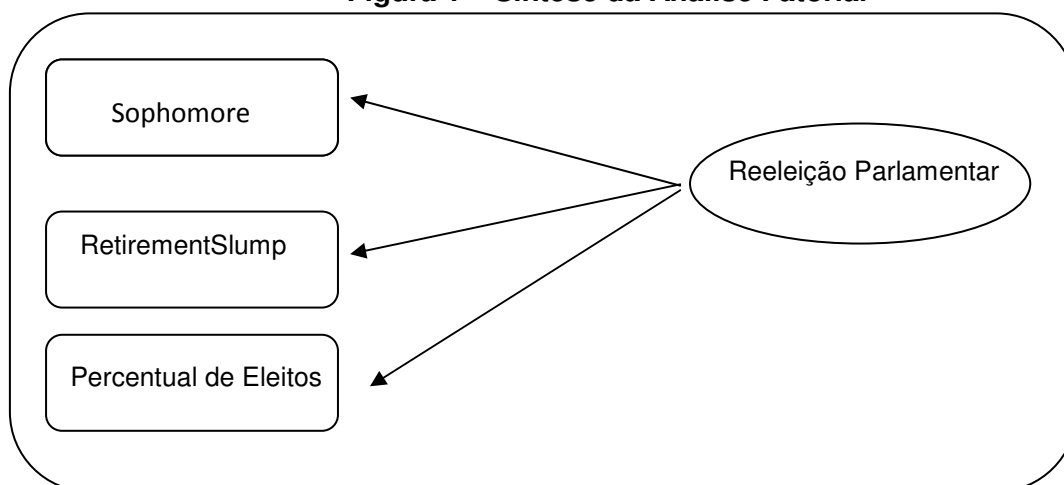
A média do número de votos deixados pelos parlamentares que decidiram não renovar seus mandatos é crescente no período. A diferença entre as médias do primeiro e do último pleito é de 64.399, 51 votos (159,3%). A dispersão também é crescente durante todo o período analisado. Vale dizer a correlação entre essa variável e o número de candidatos “desistentes” é negativa e moderada ( $r = -0,43$ ). Isso sugere que a redução no número de candidatos desistentes não faz a média de votos deixados por eles cair. No Brasil, não há análises que tente observar o impacto dessa medida na reeleição parlamentar. O mesmo pode ser dito em relação ao *sophomore surge*. A questão maior é saber se elas são dimensões da reeleição parlamentar no Brasil.

Em termos técnicos, a dúvida é sobre o compartilhamento de variância entre sucesso eleitoral dos *incumbents*, o *sophomore surge* e *retirementslump*. Tecnicamente, isso pode ser aferido através de uma análise fatorial de componentes principais (AFCP). Vale dizer a principal função das diferentes técnicas de análise fatorial é reduzir uma grande quantidade de variáveis observadas a um número reduzido de fatores. Os fatores representam as dimensões latentes (construtos) que resumem ou explicam o conjunto de

variáveis observadas (HAIR *et al.*, 2006). Dessa forma, é possível utilizar a análise fatorial numa perspectiva confirmatória, ou seja, testar a hipótese de que um determinado conjunto de variáveis representa um conceito/dimensão (HAIR *et al.*, 2006; KLINE 2004).

Como é sabido há uma forte oscilação da reeleição parlamentar por distrito, de modo que é indicado considerar esse fator na análise. Para tanto, mensura-se a possibilidade de reduzir o percentual de *incumbents* eleitos, o *sophomore surge* e o *retirementslump* por distrito a uma dimensão. A figura abaixo ilustra o procedimento.

**Figura 1 – Síntese da Análise Fatorial**



Fonte: Elaboração dos autores

A hipótese é que as três variáveis são componentes de um mesmo fenômeno. Portanto, espera-se que elas estejam fortemente correlacionadas entre si e que funcionem como indicadores da reeleição parlamentar. As tabelas abaixo apresenta o resultado da análise fatorial.

**Tabela 4 – Teste de Adequação**

Variáveis	Extração	
<b>KMO</b>		0,478
<b>Bartlett's test Sphericity</b>	$\chi^2$	62,729
	Gl	3
	p	0,00

Fonte: Elaboração dos autores



**Tabela 5 - Comunalidades**

Variáveis	Inicial	Extração
<b>Sophomore</b>	1	0,990
<b>Retirement</b>	1	0,816
<b>Percentual</b>	1	0,824

Fonte: Elaboração dos autores

**Tabela 6 - Eigenvalues e variância acumulada**

Componente	Initialeigenvalues			Extraction sums of squares loadings		
	Total	% Variância	% Acumulado	Total	% variância	% acumulado
<b>1</b>	1,626	54,210	54,210	1,626	54,210	54,210
<b>2</b>	1,004	33,475	87,685	1,004	33,475	87,685
<b>3</b>	0,369	12,315				

Fonte: Elaboração dos autores

**Tabela 7 – Matriz de componentes rotacionados**

Variáveis	Componentes	
	1	2
<b>Sophomore</b>	-0,033	0,995
<b>Retirement</b>	0,891	-0,150
<b>Percentual</b>	0,904	0,082

Fonte: Elaboração dos autores

Apenas um dos testes de adequação (*Bartlett's test Sphericity*) comporta-se dentro do esperado. Segundo Hair (2006), um KMO abaixo de 0,50 deve ser considerado inaceitável. Além disso, os dados mostram que ao invés de um fator devem-se considerar dois (dois *eigenvalues* acima de 1,0). O detalhe é que de acordo com a matriz rotacionada o *retirement* e o *percentual* de eleitos contribuem para o mesmo fator (1) enquanto o *sophomore* contribui decisivamente para construção de outro fator (2). A título de curiosidade rodamos a mesma AFPC apenas com *retirement* e o *sophomore*. Os resultados

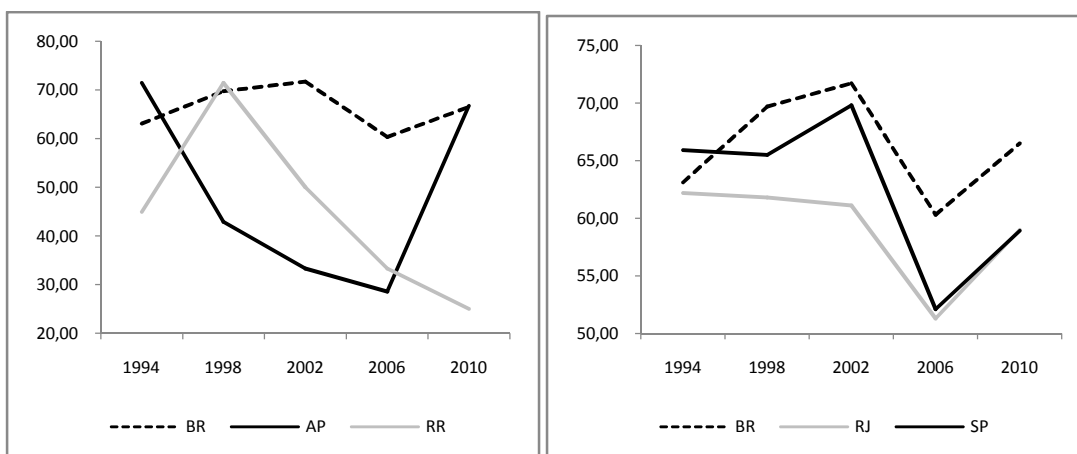
mostram que o KMO passa a um nível aceitável e o *eigenvalues* sinaliza a extração de apenas um fator carregando 80,79% da variância<sup>13</sup>.

Em resumo, é possível afirmar que apenas o *retirement* e o percentual de eleitos constituem dimensões de um mesmo fenômeno e por isso pode ser reduzida a um mesmo construto. Em outros termos, o *sophomore surge* parece não caminhar conjuntamente com as demais variáveis. Ou seja, os dados sugerem que o exercício do mandato não é capaz de sela a sorte deles. Contrariamente, os votos deixados pelos parlamentares que decidem não lutar pela renovação do mandato parecem favorecer aqueles que decidem pelo contrário.

#### *Variação Distritos e Partidos*

A análise por distrito é utilizada para controlar a variação provocada pela magnitude e pelo tamanho do eleitorado. De acordo com Cox e Katz (1995) dificilmente pode-se traçar um diagnóstico preciso da reeleição parlamentar sem levar em consideração as peculiaridades do sistema eleitoral e partidário. Os gráficos abaixo reportam parte dos resultados desse procedimento.

**Gráfico 4 e 5 – Percentual de candidatos à reeleição eleitos**



Fonte: Elaboração dos autores a partir do TSE

<sup>13</sup>Mais detalhes sobre essa segunda Análise Fatorial podem ser consultados nos anexos.

A diferença entre as curvas é sem dúvida acentuada. A curva do Amapá (AP) e de Roraima (RR) apresenta três reduções enquanto a do Brasil apresenta três acréscimos. Dentre os estados maiores, a situação é a mesma, São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) apresentam três reduções e um acréscimo. Todavia, para deixar dúvidas segue a análise de correlação entre os percentuais de eleitos no Brasil e nos estados citados <sup>14</sup>.

**Tabelas 8 e 9 – Análise de correlação – percentual de votos válidos**

Menores Colégios				Maiores Colégios			
	BR	AP	RR		BR	SP	RJ
BR	1,00	0,00	0,60	BR	1,00	0,70	0,30
AP		1,00	-0,10	SP		1,00	0,70
RR			1,00	RJ			1,00

Fonte: Elaboração dos autores a partir do TSE

A análise dos coeficientes de correlação mostra que o nível de compartilhamento de variância entre os percentuais de *incumbent* eleitos não é alto. Embora as correlações entre os percentuais do Brasil e dos estados de Roraima ( $\rho = 0,60$ ) e São Paulo ( $0,70$ ) sejam consideradas moderada e forte, respectivamente, com os demais estados ela é fraca (RJ  $\rho = 0,30$ ) ou nula (AP  $\rho = 0,00$ ). Em resumo, o quadro nacional parece está longe de refletir o que acontece em alguns estados em termos de sucesso eleitoral. Novamente, os achados sustentam a hipótese de que o desempenho eleitoral do *incumbens* precisa ser observado por estado.

### *Os Partidos*

Parte da literatura norte-americana acredita que o aumento da vantagem dos candidatos à reeleição sinaliza a perda de importância dos partidos na decisão do voto do eleitor (MCKELVEY e REIZMAN, 1992; PAYNE, 1980; COX e KATZ, 1996 e 2004; HINKLEY, 1980; KRASNO, 1994). No Brasil, poucos apostariam em qualquer relação nesse sentido. Mas isso não nos impede de olhar o fenômeno pelo prisma partidário. Por aqui a maior curiosidade é se o desempenho eleitoral dos *incumbents* de partidos distintos é significativamente

<sup>14</sup>A lista completa com os percentuais e o número de candidato por estado está disponível nos anexos do trabalho.

diferente. Além disso, cabe observar se os partidos tem capacidade para manter os votos dos parlamentares “desistentes” (que não buscam a reeleição). O primeiro desafio é escolher quais partidos serão considerados na análise. O número médio de partidos efetivos no período (1994-2010) é de 8,3 (NICOLAU, 2007). Portanto, serão examinados em separado os oito partidos com maior número de candidatos à reeleição. A tabela abaixo reporta as informações sobre a distribuição partidária dos candidatos a reeleição parlamentar no Brasil.

**Tabela 10 - Candidatos à reeleição por partido (1994-2010)**

Partidos	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
<b>DEM</b>	220	74,80	74	25,20
<b>PDT</b>	52	53,60	45	46,40
<b>PMDB</b>	243	68,60	111	31,40
<b>PP</b>	182	65,70	95	34,30
<b>PSB</b>	44	57,10	33	42,90
<b>PSDB</b>	161	67,90	76	32,10
<b>PT</b>	181	73,00	67	27,00
<b>PTB</b>	78	61,90	48	38,10
<b>Outros</b>	146	58,88	102	41,12

Fonte: Elaboração dos autores a partir do TSE

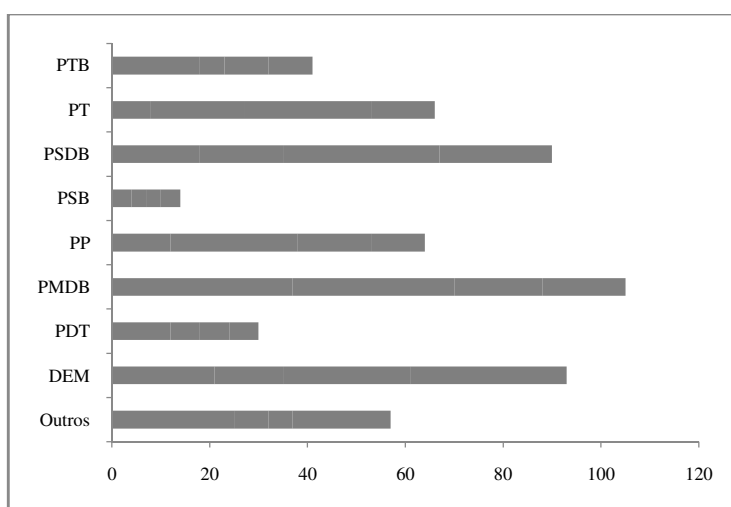
$\chi^2 = 31,373$      $p = 0,001$   
 $CC = 0,128$      $p = 0,001^{15}$

O DEM é o partido com maior percentual de eleitos (74,80%). Em números absolutos, o PMDB é o partido com maior número de candidatos eleitos no período. Contrariamente, o PDT é o partido com maior percentual de não eleitos. Em números absolutos, o PMDB lidera também o *raking* de partidos com maior contingente de não eleitos. O teste de dependência estatística entre as variáveis aponta significância da relação. Portanto, há indícios de que o sucesso eleitoral dos candidatos varia significativamente por partido.

<sup>15</sup>Testes realizados sem levar em consideração a categoria outros, artificialmente criada para agrupar todos os partidos considerados não efetivos no período.

Parte desse resultado deve-se a dinâmica da ambição política no Brasil. Ou melhor, cerca de 60% dos parlamentares brasileiros resolvem concorrer para outros cargos ou desistem da carreira política (SAMUELS, 2000). Portanto, a oscilação no número de candidato não é forçada apenas pelo fracasso de parte da bancada, mas também pela ambição política. Para ser mais preciso, o gráfico abaixo apresenta o número de desistentes por partido e por eleição.

**Gráfico 6 – Número de Candidatos Desistente da Reeleição por Partido**



Fonte: Elaboração dos autores a partir do TSE

Ao se considerar o tamanho das bancadas no período, nota-se que o PSDB (31,30%) é o partido com o maior percentual de candidatos que resolvem não concorrer à reeleição. Ele é seguido pelo PTB (28,41%) e DEM (28,29%). Como já foi visto, o *retirementslump* é uma das medidas representativas da reeleição parlamentar no Brasil, está associada ao percentual de *incumbents* eleitos. Todavia, não se sabe se a desistência acarreta perda de voto para o partido. Para se aproximar de uma resposta utilizo uma análise de correlação. A ideia é observar se o número de votos deixados por candidatos desistentes está correlacionada com os votos do grupo de *incumbents* que optam pelo contrário. A tabela abaixo reporta o teste de correlação efetuado.

**Tabela 11 – Correlação entre a Percentual dos *incumbents* e votação dos desistentes por Partido<sup>16</sup>**

Partido	Coefficiente	N
PTB	0,210	14
PT	0,411***	42
PSDB	0,318**	42
PSB	0,215	6
PP	0,693***	21
PMDB	-0,122	57
PDT	0,472	9
DEM	0,603***	45

Fonte: Elaboração dos autores a partir do TSE  
\*\*\*  $p < 0,000$     \*\*  $p < 0,05$

Com exceção do PMDB, todos os coeficientes tem sinal positivo. No entanto, apenas três partidos merecem destaque: PDT (0,472), DEM (0,603) e PP (0,693). No caso dos dois últimos o coeficiente aponta para uma relação moderada e significativa. Para eles, o nível de compartilhamento de variância está acima de 30%. De qualquer modo, pode-se dizer que esse patamar ainda é fraco<sup>17</sup>. Na maior parte dos casos, a renúncia da renovação do mandato não gera crescimento da média de percentual de votos obtido pelos candidatos que decidem concorrer à renovação. Ao que parece, os partidos não são capazes de manter esses “votos livres”<sup>18</sup>.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco desse texto são as diferentes formas de dimensionar a reeleição parlamentar. A discussão teórica apresenta o debate no Brasil e deixa claro

---

<sup>16</sup>Análises de correlação realizadas pelo  $r$  de Pearson. Os mesmos testes foram realizados com o Spearman apresentando resultados bastante semelhantes.

<sup>17</sup>Há várias classificações dos coeficientes de correlação, aqui uso como base a reportada por Dancey, Christine P. e Reidy, John (2006).

<sup>18</sup>Análise semelhante foi tentada tendo o percentual de votos conquistado por todos os candidatos do partido. Os coeficientes obtidos são ainda mais baixos, mesmo que controlando o número de candidatos por eleição. Portanto, os indícios mostram que os principais partidos brasileiros não são capazes de manter a votação liberada por candidatos que decidem não renovar o mandato parlamentar.

que aqui o fenômeno é analisado no meio de muitos outros. Embora alguns trabalhos se esforcem para identificar os determinantes da reeleição parlamentar, no Brasil a literatura especializada deixou de lado parte importante da discussão. Precisamente, não existe análise sobre as forma de mensurar o fenômeno. Além disso, os estudos realizados não fazem análises do fenômeno em séries temporais maiores. Conseqüentemente, é impossível ter uma noção da magnitude da reeleição parlamentar no Brasil. Na tentativa de suprir essa lacuna, o texto tenta fazer uma análise das cinco ultimas eleições. Com o cuidado de incorporar característica do sistema eleitoral e partidário brasileiro. Por isso, o desempenho eleitoral dos *incumbents* é visto por três primas: geral, por distrito e por partido. Adicionalmente, as clássicas medidas *sophomore surge* e *retirementslump* são examinadas no contexto brasileiro.

O primeiro achado mostra que o número de candidatos à reeleição cresce cerca de 20% no período. Em média, o percentual de eleito dentre eles chega a 66% com pico 71,7% em 2002. Todavia, esses resultados precisam ser observados distrito a distrito. A leitura dos dados sugere que oscilações no percentual de eleitos nos distritos são apenas parcialmente compartilhadas com a curva para todo o Brasil. Disso conclui-se que no geral o nível de sucesso eleitoral dos *incumbents* é crescente (com exceção da passagem de 2002- 2006), mas o diagnóstico precisa ser observado por distrito a distrito.

Em segundo lugar, a análise revela que é possível reduzir o percentual de eleitos e *retirementslump* em um construto que carregada 80,79% da variância. O contrário ocorre com o *sophomoresurge*. Isso significa que a oscilação média da votação dos candidatos à reeleição dada à conquista do mandato e a disputa pela primeira renovação não explica o percentual de eleitos. Não sem razão a média do *sophomoresurge* apresenta sinal negativo em dois dos cinco pleitos analisados. Mais que isso, caso se utiliza essa medida como indicador da reeleição parlamentar pode-se chegar a conclusão que ela está em baixa no Brasil.

Por fim notou-se que agregar os *incumbents* por partido não é uma medida sem fundamento. O sucesso eleitoral do grupo depende estatisticamente da distribuição deles por partido. Entretanto, os votos deixados

pelos desistentes, candidatos que resolvem não concorrer à reeleição, parece não ser mantido pelo partido. Embora alguns partidos sejam mais frágeis que outros. Isso revela o propalado caráter personalista do voto no Brasil.

Claramente o texto apresenta mais perguntas que respostas. Afinal que explica a variação do sucesso eleitoral dos *incumbents* por eleição, o que o pleito de 2002 tem de diferente para registrar o maior percentual da série. Quanto aos distritos e aos partidos, quais as variáveis que explicam a variação. Por que o exercício do primeiro mandato não assegura a sequência, a vitória na primeira renovação. Essas são questões ainda em aberto, em especial, porque nunca foram feitas. A esperança aqui é animar a elaboração de outros estudos que venham respondê-las colocando a reeleição parlamentar no centro do debate.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, LUIZ F. "O Ultra-Presidencialismo Estadual". In: R. ANDRADE (Ed.). *Processo de Governo no Município e no Estado*. São Paulo: Edusp, 1998. .

ABRUCIO, L. F.; SAMUELS, D. A Nova Política dos Governadores. *Lua Nova*, n. 40/41, p. 138–326, 1997.

AMES, B. Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress. *The Journal of Politics*, v. 57, n. 2, p. 324–343, 1995.

AMES, B. *Os Entraves da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. Facções Pró e Anti-governo e Disciplina Partidária no Brasil. *Dados*, v. 44, n. 2, 2003.

AMORIM NETO, O.; TAFNER, P. Governos de Coalizão e Mecanismos de Alarme de Incêndio no Controle Legislativo das Medidas Provisórias. *American Political Science Review*, v. 45., n. 1, p. 5–38, 2002.

BLALOCK, H. M. *Measurement in the social sciences: Theories and strategies*. Chicago, Illinois: Aldine Publishing Company, 1974.

BOTERO, F.; RENNÓ, L. Career Choice and Legislative Reelection. *Brazilian Political Science Review*, v. 1, n. 1, p. 102–124, 2007.



CAREY, J. M.; SHUGART, M. S. Incentives to Cultivate a Personal Vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas. *Electoral Studies*, v. 14, n. 4, p. 417–439, 1995.

COX, G. W.; KATZ, J. N. *Elbridge Gerry's Salamander: The Electoral Consequences of the Reapportionment Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

COX, G. W.; KATZ, J. N. Why Did the Incumbency Advantage in U.S. House Elections Grow? *American Journal of Political Science*, v. 40, n. 2, p. 478–497, 1996.

DANCEY, C.; REIDY, J. *Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1974. v. 68.

GELMAN, A.; HUANG, Z. Estimating Incumbency Advantage and Its Variation, as an Example of a Before-After Study. *Journal of the American Statistical Association*, v. 103, n. 482, 2008.

GELMAN, A.; KING, G. Estimating Incumbency Advantage without Bias. *American Political Science Review*, v. 34, n. 4, p. 1142–1164, 1990.

HAIR, JR *et al.* *Multivariate Data Analysis*. 6. ed. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2006.

HINCKLEY, B. House Reelections and Senate Defeats: The Role of the Challenger. *British Journal of Political Science*, v. 10, p. 441–460, 1980.

KARSON, J. S. *Challengers, Competition, and Reelection*. New Haven: Yale University Press, 1994.

KING, G. Constituency service and incumbency advantage. *British Journal of Political Science*, v. 21, n. 1, p. 119–128, 1991.

KING, G. How not to lie with statistics: avoiding common mistakes in quantitative political science. Disponível em: <http://gking.harvard.edu/#>, 2001. Acesso em: 13 fev. 2013.

KING, G. Representation through Legislative Redistricting: A Stochastic Model. *American Journal of Political Science*, v. 33, n. 4, p. 787–824, 1989.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Political Survival Strategies: Political Career Decisions in the Brazilian Chamber of Deputies. *Journal of Latin American Studies*, v. 36, p. 109–130, 2004.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Estratégias para sobreviver politicamente: Escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, v. 9, n. 1, p. 44–67, 2003.

LEVITT, S. D; WOLFRAM, C. D. Decomposing the Sources of Incumbent Advantage in The U.S. House. *Legislative Studies Quarterly*, v. 22, n. 1, p. 45–60, 1997.

MAINWARING, S. P. *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MCKELVEY, R. D; REIZMAN, R. G. Seniority in Legislatures. *American Political Science Review*, v. 86, p. 951–965, 1992.

NOVAES, C. A. M. Dinâmica institucional da representação? individualismo e partidos na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos Cebrap*, n. 38, p. 99–147, 1996.

PAYNE, J. L. The Personal Electoral Advantage of House Incumbents, 1936-1976. *American Politics Quarterly*, p. 465–482, 1980.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Revista de Economia e Política*, v. 27, n. 4, p. 664–683, 2007.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Successful re-election strategies in Brazil: the electoral impact of distinct institutional incentives. *Electoral Studies*, v. 22, n. 3, p. 425–448, 2003.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil. *Dados*, v. 46, n. 4, p. 735–771, 2003.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro. *Dados*, v. 45, n. 2, p. 265–301, 2002.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. O que É que o Reeleito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 44, n. 2, p. 133–172, 2001.

SAMUELS, D. *Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SAMUELS, D. Money, Elections and Democracy in Brazil. *Latin American Politics and Society*, v. 43, n. 7, p. 27–48, 2001a.

SAMUELS, D. *Pork Barreling Is Not Credit Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of the Personal Vote in Brazil*. *Journal of Politics*, v. 64, n. 3, p. 845–863, 2001b.

SAMUELS, D. Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil. *Legislative Studies Quarterly*, v. 25, n. 3, p. 481–497, 2000.

SANTOS, F. *O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SILVA JUNIOR, J. A. e FIGUEIREDO FILHO, D. B. Marolas ou Tsunamis: estimando as ondas de renovação da Câmara dos Deputados (1999 – 2003). *Revista de Sociologia e Política*, v. 20 n. 42, 2012.

SPECK, B. Três ideias para oxigenar o debate sobre dinheiro e política no Brasil. *Debate*, v. 2, n. 3, p. 6 – 13, 2010.

ZELLER, R. A; CARMINES, E. G. *Measurement in the social sciences: The link between theory and data*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

## APÊNDICE

**Tabela 12 – Teste de Adequação**

Variáveis	Extração	
<b>KMO</b>		0,500
<b>Bartlett's test Sphericity</b>	$\chi^2$	60,805
	Gl	1
	p	0,000

Fonte: Elaboração dos autores

**Tabela 13 - Comunalidades**

Variáveis	Inicial	Extração
<b>Retirement</b>	1	0,808
<b>Percentual</b>	1	0,808

Fonte: Elaboração dos autores

**Tabela 14 - Eigenvalues e variância acumulada**

Componente	Initial eigenvalues			Extraction sums of squares loadings		
	Total	% Variância	% Acumulado	Total	% variância	% acumulado
<b>1</b>	1,616	80,794	80,794	1,616	80,794	80,794
<b>2</b>	0,384	19,206	100,00			

Fonte: Elaboração dos autores

**Tabela 15 – Matriz de componentes rotacionados**

Variáveis	Componentes
	1
<i>Retirement</i>	0,899
<i>Percentual</i>	0,899

Fonte: Elaboração dos autores